

GreenYellow Performance Energética S.A.

Demonstrações Financeiras
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2025 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da
GreenYellow Performance Energética S.A.

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras da GreenYellow Performance Energética S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da GreenYellow Performance Energética S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião com ressalva

Gastos compartilhados

Identificamos que a Companhia possui gastos reconhecidos na sua controladora GreenYellow do Brasil Energia e Serviços Ltda. (gastos com pessoal e despesas gerais e administrativas), os quais estão associados a serviços prestados a outras empresas do Grupo, incluindo a Companhia, e que não foram devidamente alocados nas respectivas entidades. Não nos foi possível obter evidência de auditoria suficiente e apropriada para avaliar os montantes envolvidos em uma possível realocação dessas despesas, razão pela qual não nos foi possível concluir se algum ajuste material deveria ser realizado nas demonstrações financeiras da Companhia.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Ênfase

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, a qual menciona que a operação da Companhia está substancialmente vinculada à manutenção dos contratos firmados com um único cliente, o qual atualmente está em processo de recuperação extrajudicial. Consequentemente, qualquer interpretação ou análise das demonstrações financeiras deve levar em consideração essas circunstâncias. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais IFRS Accounting Standards, emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras


Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião com ressalva. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 9 de abril de 2026


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8


Adriana Dantas Ribeiro
Contadora
CRC nº 1 SP 315637/O-1

GREENYELLOW PERFORMANCE ENERGETICA S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E DE 2024

(Em milhares de reais)

	Nota	2025	2024		Nota	2025	2024
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	5.272	1.569	Fornecedores		1.218	1.031
Contas a receber de clientes	5	10.710	12.926	Partes relacionadas	7	943	60
Estoque de materiais	6	1.264	2.527	Obrigações trabalhistas		10	52
Impostos a recuperar		959	966	Obrigações tributárias	8	1.320	801
Créditos diversos e adiantamentos		789	797	Adiantamentos		84	-
Outros ativos circulantes		509	-	Imposto de renda e contribuição social	9	422	728
Total ativo circulante		19.503	18.785	Debêntures	10	5.982	8.391
				Dividendos a pagar	11.3	4.332	3.023
				Total passivo circulante		14.311	14.086
NÃO - CIRCULANTE				NÃO - CIRCULANTE			
Contas a receber de clientes	5	18.882	27.613	Debêntures	10	38.570	43.226
Tributos Diferidos		-	26	Adiantamento para Futuro aumento de Capital	7	436	-
Partes relacionadas	7	31.203	26.796	Outros passivos não circulantes		977	239
Total ativo não circulante		50.085	54.435	Total passivo não circulante		39.983	43.465
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO	11		
				Capital social	11.1	5.500	5.500
				Dividendos adicionais propostos	11.5	369	4.669
				Reserva Legal	11.2	1.100	1.100
				Reserva de Lucros	11.4	8.325	4.400
				Total do patrimônio líquido		15.294	15.669
TOTAL ATIVO		69.588	73.220	TOTAL PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		69.588	73.220

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GREENYELLOW PERFORMANCE ENERGETICA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E DE 2024
(Em milhares de reais)

	Nota	2025	2024
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	12	11.900	21.180
CUSTOS DOS PRODUTOS VENDIDOS E SERVIÇOS PRESTADOS	13	(5.538)	(6.327)
LUCRO BRUTO		<u>6.362</u>	<u>14.853</u>
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	14		
Receita Excepcional		2.573	2.706
Despesas gerais e administrativas		(328)	(291)
Despesas tributárias		(614)	(674)
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL		<u>7.993</u>	<u>16.594</u>
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras	15	8.100	8.227
Despesas financeiras	15	(7.921)	(6.406)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>8.172</u>	<u>18.415</u>
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	9		
Corrente		(2.937)	(6.240)
Diferido		(2)	(83)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		<u>5.233</u>	<u>12.092</u>
LUCRO POR AÇÃO		0,05	0,12

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GREENYELLOW PERFORMANCE ENERGETICA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E DE 2024
(Em milhares de reais)

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	5.233	12.092
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	<u>5.233</u>	<u>12.092</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GREENYELLOW PERFORMANCE ENERGETICA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E DE 2024
(Em milhares de reais)

	Capital social	Dividendos adicionais propostos	Retenção de lucros	Reserva legal	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	5.500	3.487	550	1.100	-	10.637
Diminuição de capital	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido de exercício	-	-	-	-	12.092	12.092
Adiantamento para futuro aumento de Capital	-	-	-	-	-	-
Dividendos obrigatórios	-	-	-	-	(3.023)	(3.023)
Dividendos adicionais distribuídos	-	(3.487)	-	-	-	(3.487)
Reserva de Lucros	-	-	4.400	-	(4.400)	-
Dividendos adicionais propostos	-	4.669	-	-	(4.669)	-
Distribuição dividendos	-	-	(550)	-	-	(550)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	5.500	4.669	4.400	1.100	-	15.669
Lucro líquido de exercício	-	-	-	-	5.233	5.233
Dividendos obrigatórios	-	-	-	-	(1.308)	(1.308)
Reserva de Lucros	-	-	3.925	-	(3.925)	-
Distribuição de dividendos adicionais propostos no ano anterior	-	(4.300)	-	-	-	(4.300)
Lucros (Prejuízos) acumulados	-	-	-	-	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025	5.500	369	8.325	1.100	-	15.294

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GREENYELLOW PERFORMANCE ENERGETICA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E DE 2024
(Em milhares de reais)

	Notas	2025	2024
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		5.233	12.092
Juros Debêntures	10	7.557	5.549
Apropriação do ajuste a valor presente	5	(3.245)	(3.908)
Juros sobre mútuo	7	(4.407)	(3.799)
Provisão para perdas de créditos esperadas	5	221	(245)
Tributos Diferidos		(2)	83
Amortização dos custos de transação	10	171	169
VARIAÇÕES NOS ATIVOS E PASSIVOS OPERACIONAIS			
Contas a receber de clientes	5	13.971	6.022
Estoque de materiais	6	1.263	(2.325)
Créditos diversos e adiantamentos		8	(529)
Impostos a recuperar		7	29
Fornecedores		187	159
Partes relacionadas	7	884	-
Obrigações trabalhistas		(42)	(43)
Obrigações tributárias		3.286	4.978
Imposto de renda e contribuição social	9	(306)	728
Outros ativos e passivos		313	159
Caixa gerado pelas atividades operacionais		<u>25.099</u>	<u>19.119</u>
PAGAMENTO DE IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(2.739)	(4.385)
Pagamento de Juros de Debentures	10	(6.920)	(7.319)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		<u>15.440</u>	<u>7.415</u>
CAIXA LÍQUIDO GERADO (APLICADO) NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		-	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	7	436	-
Pagamento de Principal de Debêntures	10	(7.873)	(8.003)
Pagamento de dividendos		(4.300)	(4.037)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		<u>(11.737)</u>	<u>(12.040)</u>
AUMENTO (DIMINUIÇÃO) LÍQUIDO (A) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>3.703</u>	<u>(4.625)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		1.569	6.194
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		5.272	1.569
AUMENTO (DIMINUIÇÃO) LÍQUIDO (A) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>3.703</u>	<u>(4.625)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GREENYELLOW PERFORMANCE ENERGÉTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Greenyellow Performance Energética S.A. (“Greenyellow Performance” ou “Companhia”), constituída em 30 de julho de 2021 é uma sociedade de capital fechado, domiciliada à Alameda Joaquim Eugenio de Lima, n.º 881, conjunto 1106, Jardim Paulista, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP: 01403-001, inscrita no CNPJ sob o nº 41.813.235/0001-80, com o objetivo de atuar em projetos de Eficiência energética e possui contratos firmados unicamente com a COMPANHIA BRASILEIRA DE DISTRIBUIÇÃO (“CBD”), denominados pela nomenclatura “CEE10 e CCE08”. Referidos contratos possuem vencimento em 31 de dezembro de 2029.

A Companhia faz parte do grupo GreenYellow, uma multinacional francesa, que tem operações em 16 países. Desde 2007, o Grupo GreenYellow atua no setor da energia para fazer da transição energética dos seus clientes uma realidade econômica e ecológica e chegou no Brasil em 2014.

QUADRO SOCIETÁRIO

A controladora da Companhia e sua respectiva participação no capital social é como segue:

Razão social	% - Participação 2025 e 2024
GreenYellow do Brasil Energia e Serviços Ltda.	100,00

Em 10 de março de 2026, a CBD protocolou pedido de homologação de plano de recuperação extrajudicial, o qual teve seu processamento deferido em 11 de março de 2026. Considerando que a continuidade operacional da Companhia está substancialmente vinculada à manutenção dos contratos firmados com a CBD, sua única cliente, a Administração avaliou os eventos e condições relacionados à capacidade financeira da CBD e seus potenciais impactos sobre a capacidade da Companhia de continuar operando, conforme descrito a seguir:

- Com base nos fatos relevantes e nas informações divulgadas pela CBD, os créditos sujeitos ao plano de recuperação extrajudicial não incluem os créditos de fornecedores, prestadores de serviços ou locadores correntes da CBD. Desta forma, até a data de aprovação das demonstrações financeiras, a Companhia não foi incluída nas negociações relacionadas ao plano de recuperação extrajudicial da CBD, tampouco recebeu qualquer notificação formal acerca de eventual suspensão, alteração ou interrupção dos recebimentos financeiros decorrentes dos contratos atualmente vigentes.
- Os contratos CEE10 e CCE08 referem-se a projetos de eficiência energética e contemplam cláusulas contratuais que asseguram à Companhia o direito à indenização em caso de rescisão antecipada, em montante equivalente ao valor presente do saldo remanescente das parcelas vencidas relacionadas aos equipamentos instalados nos estabelecimentos eventualmente cancelados
- Em eventos subsequentes à data-base das demonstrações financeiras e anteriormente à data de sua aprovação pela Administração, a Companhia recebeu substancialmente as parcelas vencidas que se encontravam em aberto junto à CBD

A Administração vem acompanhando, de forma contínua, a evolução do plano de recuperação extrajudicial da CBD e, visando à continuidade de suas operações e à realização dos recebíveis em aberto, entende que, se necessário, poderá contar com suporte financeiro de sua controladora para a liquidação dos passivos registrados.

Com base nessa avaliação, a Administração conclui que a Companhia possui capacidade de manter suas operações normalmente pelo período mínimo de doze meses subsequentes à data de aprovação das demonstrações financeiras. Ademais, considerando os elementos apresentados acima, a Administração, no exercício de seu melhor julgamento e com base nos fatos e circunstâncias conhecidos até a presente data, entende que tais eventos não indicam a necessidade de registro de provisão para perdas esperadas sobre os recebíveis mantidos junto à CBD.

As demonstrações financeiras foram elaboradas pela Administração com base no pressuposto da continuidade operacional, considerando que a Companhia se encontra em operação e que há expectativa razoável de que continuará operando por um futuro previsível de, pelo menos, doze meses a contar da data de aprovação das demonstrações financeiras.

2. POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas contábeis têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

2.1. Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

2.2. Declaração de conformidade

Estas demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a Lei das Sociedades por Ações e em conformidade com os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), assim como com as normas internacionais de contabilidade (International Financial Reporting Standards), ou “IFRS”, emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”).

As informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025 foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Administração da Companhia em 09 de abril de 2026.

2.3. Moeda funcional

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia, uma vez que é a moeda do ambiente econômico primário no qual ela opera, gera e consome recursos.

Os ativos e passivos decorrentes de operações no exterior são convertidos para reais utilizando-se as taxas de câmbio da data do balanço.

2.4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

As demonstrações financeiras foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa.

A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente. Estimativas e premissas subjacentes são revisadas de maneira contínua e reconhecidas de forma prospectiva, quando aplicável.

As principais estimativas e os principais julgamentos adotados pela administração são:

- Contas a receber: critérios e montantes da provisão para perda esperada de créditos.
- Tributos a recuperar: os critérios para avaliação dos prazos de recuperação dos créditos tributários envolvem julgamento na determinação de premissas de compensação.
- Redução ao valor líquido recuperável de ativos (“impairment”): determinação do valor justo com base em dados não observáveis significativos.

2.5. Reconhecimento de receita

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

As receitas de O&M, Eficiência Energética e de venda de equipamentos são recebidas mensalmente e estão sendo apresentadas brutas, ou seja, incluem os impostos e os descontos incidentes sobre estas, os quais estão apresentados como contas redutoras das receitas.

As receitas de serviços prestados, assim como de mercadorias, são reconhecidas no resultado quando seu valor pode ser mensurado de forma confiável, todos os riscos e benefícios inerentes aos serviços são transferidos para o comprador. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização.

Instrumentos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

A Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido, no caso de um ativo financeiro não mensurado a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação, exceto aqueles mensurados ao custo amortizado mantidos dentro de um modelo de negócios com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais que atendam ao critério de somente principal e juros.

A classificação é baseada em dois critérios: (i) o modelo de negócios da Companhia para gerenciar os ativos; e (ii) se os fluxos de caixa contratuais dos instrumentos representam apenas pagamentos de capital e juros sobre o valor principal em aberto.

Os ativos e passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado (CA) ou ao valor justo por meio do resultado (VJR).

A Companhia passou a reconhecer seus ativos financeiros ao custo amortizado para ativos financeiros que são mantidos dentro de um modelo de negócio com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais que atendam ao critério de “Principal e Juros”. Os passivos financeiros classificados como custo amortizado utilizam o método de juros efetivos. Nesta categoria (CA) inclui caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, recebíveis de partes relacionadas e outros ativos financeiros, contas a pagar, fornecedores e debêntures.

Mensuração subsequente

A Companhia avaliou seus ativos e passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, pois pretende negociá-los em um curto espaço de tempo. Quando a Companhia não estiver em condições de negociar esses ativos e passivos financeiros em decorrência de mercados inativos, e a intenção da Administração em vendê-los no futuro próximo sofrer mudanças significativas, a Companhia pode optar em reclassificar esses ativos financeiros em determinadas circunstâncias. Ganhos e perdas de passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos.

2.6. Ativos e passivos financeiros

Os principais ativos e passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, contas a pagar a fornecedores e debêntures. Os ativos financeiros são mensurados pelo valor de custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. Os passivos financeiros são mensurados pelo método de juros efetivos, incluindo debêntures e contas a pagar a fornecedores, com alocação dos juros efetivos incorridos pelo respectivo período do contrato. As debentures são avaliados ao custo amortizado e atualizados monetariamente até as datas dos balanços pelas variações monetárias e pelos encargos financeiros incorridos, conforme previsto contratualmente.

Quando aplicável, os ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado e são classificados como mantidos para negociação se originados com o propósito de venda ou recompra no curto prazo e os passivos financeiros são designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Os juros, correção monetária e variação cambial são reconhecidos no resultado.

2.7. Caixa e equivalentes de caixa

São mensurados e classificados ao valor justo por meio do resultado e custo amortizado, sendo de alta liquidez, com vencimento de até três meses, que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança no valor.

Incluem saldos em contas correntes bancárias e depósitos a curto prazo com alta liquidez. Esses saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

2.8. Contas a receber

As contas a receber de clientes são representados substancialmente pelos ativos provenientes de arrendamento mercantil financeiro que inicialmente são reconhecidas pelo valor da contraprestação que é incondicional, a menos que contenham componentes financeiros significativos, quando são reconhecidas pelo valor justo. A Companhia mantém as contas a receber de clientes com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais, mensurando-as subsequentemente pelo custo amortizado usando o método de juros efetivos.

Os valores a receber são registrados e mantidos no balanço patrimonial pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, acrescidos das variações monetárias e corrigidos a valor presente, deduzidos de perdas de crédito esperadas (PCE).

Perdas de Crédito Esperadas (PCE) para Contas a Receber e Ativos de Contrato

A perda de crédito esperada para Contas a Receber e Ativos de Contrato é constituída baseada em percentuais para cada classe de vencidos e de acordo com o risco do cliente, considerando que a Administração entende que assim reflete a real taxa histórica de duplicatas não recebidas de clientes. As atualizações dessa provisão são refletidas diretamente no resultado de cada exercício.

2.9. Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos intangíveis e imobilizado com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, que é o maior entre seu valor justo menos custos de venda e seu valor em uso, é constituída uma provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Essas perdas estão classificadas como Outras Despesas Operacionais.

Para o ano de 2025 a Companhia não identificou perda de recuperabilidade em seus ativos.

2.10. Outros ativos e passivos

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

2.11. Tributação

Despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos.

Tributos sobre as vendas

Despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos tributos sobre vendas, exceto:

- Quando os tributos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o tributo sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;
- Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados junto com o valor dos tributos sobre vendas; e
- Quando o valor líquido dos tributos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

Impostos correntes

O imposto corrente se baseia no lucro real do exercício. O lucro real difere do lucro apresentado no resultado porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. Os passivos fiscais correntes da Companhia são calculados com base em alíquotas fiscais promulgadas ou substancialmente promulgadas no final do período de relatório.

Uma provisão é reconhecida para questões para as quais a apuração de impostos é incerta mas há probabilidade de desembolso futuro de recursos para uma autoridade fiscal. As provisões representam a melhor estimativa do valor a ser pago. O lançamento de impostos se baseia no julgamento de profissionais da Companhia suportado pela experiência anterior com relação a essas atividades e, em determinados casos, com base na opinião de consultores fiscais.

Impostos diferidos

O imposto diferido é o imposto devido ou a recuperar sobre as diferenças entre o valor contábil de ativos e passivos nas demonstrações financeiras e as correspondentes bases de cálculo usadas na apuração do lucro real e é contabilizado pelo método do passivo. Os passivos fiscais diferidos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os ativos fiscais diferidos são reconhecidos quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Esses ativos e passivos não são reconhecidos se a diferença temporária resultar do reconhecimento inicial de outros ativos e passivos em uma transação que não afete o lucro tributável nem o lucro contábil.

Os passivos fiscais diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias tributáveis. Os ativos fiscais diferidos originados de diferenças temporárias dedutíveis somente são reconhecidos quando for provável que haverá lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias possam ser utilizadas e quando sua reversão for provável em um futuro previsível.

O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado no fim de cada período de relatório e reduzido quando não for mais provável que lucros tributáveis suficientes estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele.

2.12. Provisões

Uma provisão é reconhecida quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou presumida) resultante de um evento passado, em que é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação, e for possível estimar seu valor de maneira confiável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa da compensação necessária para liquidar a obrigação presente na data do balanço, levando em consideração os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada pelos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação presente, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (quando o efeito do valor da moeda no tempo for relevante).

Quando se espera que alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão sejam recuperados de um terceiro, um recebível é reconhecido como ativo se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

2.13. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

3. ADOÇÃO DE NOVOS PRONUNCIAMENTOS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE PRONUNCIAMENTOS EMITIDOS PELO IASB E CPC.

3.1. Alterações e as novas interpretações de aplicação obrigatória a partir do exercício corrente

Normas	Descrição	Vigência a partir de:
Alterações no CPC 02 / IAS 21	Determinar se uma moeda é conversível e como deve ser determinada uma taxa de câmbio à vista quando da falta de conversibilidade.	01/01/2025
OCPC 10 - Créditos de Carbono (tCO ₂ e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarbonização (CBIO)	Esta orientação técnica visa direcionar o tratamento contábil de créditos de carbono (tCO ₂ e), Permissões de emissão (allowances) e créditos de descarbonização (CBIO) das entidades atuantes no mercado brasileiro.	01/01/2025

Não houve impacto nas demonstrações financeiras da Companhia na aplicação das alterações mencionadas.

3.2. Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não vigentes

Normas	Descrição	Vigência a partir de:
Alterações ao CPC 40 (R1)/ IFRS7 e CPC 48 / IFRS9	Melhora nos critérios de reconhecimento, desreconhecimento e divulgação nos Instrumentos Financeiros.	01/01/2026
Alterações ao CPC 40 (R1)/ IFRS7 e CPC 48 / IFRS9	Contratos que referenciem a eletricidade dependente da natureza	01/01/2026
Adoção ao IFRS 18	Apresentação das Demonstrações Financeiras	01/01/2027
Adoção ao IFRS 19	Divulgação de Subsidiárias sem responsabilidade pública.	01/01/2027
Adoção ao IFRS S2	Divulgações relacionadas ao clima.	01/01/2027
Alterações ao CPC 18 (R2) / IAS 28	Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint Venture	A data de vigência ainda não foi definida pelo IASB

A Companhia está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que essas alterações terão nas demonstrações financeiras.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Compreendem o caixa, as contas bancárias e as aplicações de curto prazo, de alta liquidez, imediatamente conversíveis em valores conhecidos de caixa e sujeitos a um risco insignificante de alteração do valor, com intenção e possibilidade de serem resgatados em até 90 dias a partir da data da aplicação. A taxa de rendimento associada à aplicação financeira é de 92% do CDI.

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Caixa e bancos	1.390	-
Aplicações financeiras	<u>3.882</u>	<u>1.569</u>
Total caixa e equivalente de caixa	<u>5.272</u>	<u>1.569</u>

5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Circulante		
Contas a receber de cliente	13.533	16.247
Provisão para perda de recebíveis	(297)	(76)
Ajuste ao valor presente (i)	<u>(2.526)</u>	<u>(3.245)</u>
	<u>10.710</u>	<u>12.926</u>
Não circulante		
Contas a receber de cliente	22.293	33.550
Ajuste ao valor presente (i)	<u>(3.411)</u>	<u>(5.937)</u>
	<u>18.882</u>	<u>27.613</u>

- (i) Saldo do ajuste ao valor presente refere-se a juros a serem recebidos até o final de todas as parcelas, no qual são calculados de acordo com a taxa pré-fixada em contrato para cada cliente, sendo de 12% a.a. A fim de atendimento das normas contábeis, a Companhia apresenta o valor total atualizado das parcelas em suas contas a receber, deduzindo os juros a serem recebidos até o final das parcelas.

A partir de 2024, a Companhia passou a apresentar os saldos sem a dedução do Ajuste a Valor Presente (AVP), adotando o mesmo critério de apresentação para o exercício de 2025. Essa alteração tem como objetivo proporcionar maior transparência na análise dos valores brutos a receber, permitindo melhor compreensão da natureza e composição dos saldos apresentados. Para fins de comparabilidade, as informações relativas aos períodos apresentados foram mantidas em bases consistentes com o critério atualmente adotado:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
A vencer	32.467	46.907
Vencidas:		
0 a 30 dias	1.941	2.022
31 a 60 dias	722	-
61 a 90 dias	1	283
91 a 364 dias	185	284
Acima de 365 dias	<u>510</u>	<u>301</u>
	<u>35.826</u>	<u>49.797</u>

A abertura do fluxo do recebimento do contas a receber a vencer está demonstrado a seguir:

2026	11.044
2027 a 2028	14.470
2029	66.954
Total	<u>32.467</u>

A movimentação da provisão de perdas de créditos esperadas (PCE) é conforme segue:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Saldo anterior	(76)	(321)
Reversão da provisão		
Provisão para perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa	76	321
	(297)	(76)
Total	<u>(297)</u>	<u>(76)</u>

6. ESTOQUE DE MATERIAIS

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Estoque de materiais em poder de terceiros (i)	75	2.279
Estoque de materiais	1.189	224
Estoque de materiais em transferência	-	24
	<u>1.264</u>	<u>2.527</u>

(i) A redução observada na conta de estoques de materiais em poder de terceiros está relacionada, principalmente, à utilização de equipamentos e materiais previamente adquiridos para a execução de atividades de manutenção preventiva nas lojas ao longo do período. Esses itens foram consumidos conforme a realização das intervenções previstas no plano de conservação e melhoria da infraestrutura dos estabelecimentos, contribuindo para assegurar a adequada iluminação e o pleno funcionamento das operações.

7. PARTES RELACIONADAS

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Não Circulante		
Ativo		
GreenYellow do Brasil Energia e Serviços (i)	31.203	26.796
	<u>31.203</u>	<u>26.796</u>
Circulante		
Passivo		
CAAS Serviços e Soluções Eficiência Energética (ii)	(745)	-
GreenYellow do Brasil Energia e Serviços (ii)	(198)	(60)
	<u>(943)</u>	<u>(60)</u>
Não Circulante		
Passivo		
GreenYellow do Brasil Energia e Serviços (iii)	(436)	-
	<u>(436)</u>	<u>-</u>
Total de Partes Relacionadas	<u>29.824</u>	<u>26.736</u>

- (i) Saldo referente a operação de empréstimo para a GYBR realizado em 1 de fevereiro de 2023 objetivando o incentivo das operações do grupo. Sobre o saldo do principal incidirão juros remuneratórios correspondentes a variação acumulada das taxas médias diárias do CDI – depósitos Interfinanceiros, de um dia, acrescida de um spread de 2,4% ao ano, calculados da presente data até a efetiva amortização do principal. O vencimento se dá em 78 meses.
- (ii) Ao longo do exercício de 2025, a Companhia manteve transações com partes relacionadas, incluindo operações de aquisição de mercadorias destinadas ao atendimento de obrigações contratuais junto a clientes, realizadas no curso normal dos negócios e alinhadas à estratégia operacional do Grupo, com foco na otimização da alocação de recursos e gestão de estoques entre as entidades relacionadas.
- (iii) No contexto dessas operações, foram reconhecidos saldos a ressarcir entre partes relacionadas, devidamente registrados nas demonstrações financeiras, de forma a refletir a substância econômica das transações realizadas.
- (iv) A liquidação dos saldos decorrentes dessas operações ocorrerá ao longo do exercício de 2026, conforme os trâmites operacionais entre as partes.

	<u>Resultado</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2023	22.997
Juros	3.799
Saldos em 31 de dezembro de 2024	26.796
Juros	4.407
Saldos em 31 de dezembro de 2025	<u>31.203</u>

- (v) Adiantamento para futuro aumento de capital a ser realizado durante o exercício de 2026.

Não houve qualquer valor atribuído ou registrado como remuneração dos administradores na Companhia, uma vez que ele é pago pela GreenYellow Brasil.

8. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
IOF a recolher	375	375
COFINS a recolher	614	232
ISS a recolher	56	142
PIS a recolher	130	49
Outros	145	3
Total	<u>1.320</u>	<u>801</u>

Impostos incidentes sobre o faturamento da Companhia.

9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia possui os seguintes valores de Imposto de renda e contribuição social:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Imposto de renda a recolher	2.153	4.581
(-) Imposto de Renda Retido e antecipações realizadas (i)	<u>(1.758)</u>	<u>(4.163)</u>
Imposto de Renda a recolher	<u>396</u>	<u>418</u>
Contribuição social a recolher	784	1.658
(-) Imposto de Renda Retido e antecipações realizadas (i)	<u>(757)</u>	<u>(1.348)</u>
Contribuição social a recolher	<u>27</u>	<u>310</u>
Imposto de Renda e Contribuição Social (ii)	<u><u>423</u></u>	<u><u>728</u></u>

(i) Tal valor refere-se à retenção sobre notas fiscais de serviço prestado.

(ii) Tal valor refere-se ao saldo de impostos de renda e contribuição social a pagar ao fim de cada exercício.

A conciliação da despesa, calculada pela aplicação das alíquotas fiscais nominais e da despesa de imposto de renda e contribuição social registrada no resultado, está demonstrada abaixo:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	<u>8.172</u>	<u>18.415</u>
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal nominal combinada de 34%	<u>2.778</u>	<u>6.261</u>
Outras diferenças permanentes	161	62
Despesa de imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	<u>2.939</u>	<u>6.323</u>
Alíquota efetiva	<u>36%</u>	<u>34%</u>

10. DEBÊNTURES

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
<u>Circulante</u>		
Debêntures	6.152	8.561
Custo de transação	<u>(170)</u>	<u>(170)</u>
	<u>5.982</u>	<u>8.391</u>
<u>Não circulante</u>		
Debêntures	38.981	43.808
Custo de transação	<u>(411)</u>	<u>(582)</u>
Total	<u>38.570</u>	<u>43.226</u>
Saldo	<u><u>44.552</u></u>	<u><u>51.617</u></u>

A Companhia emitiu 66.000 debêntures em 18 de novembro de 2022, de acordo com o INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 2ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES (“Escritura de Debenture”) no valor de R\$66.000, sendo R\$56.500 série A e R\$9.500 da série B. As principais características das debêntures são:

- Número de Séries: A Emissão das Debêntures será realizada em duas séries.
- Forma: Nominativa e escritural
- Emissão Série A: 18 de novembro de 2022
- Emissão Série B : 18 de novembro de 2022
- Vencimento Série A: 01 de junho de 2029
- Vencimento Série B : 01 de junho de 2029
- Juros: CDI+ 2,4% ao ano
- Espécie: Com garantia real
- Garantias:
 - Alienação fiduciária de 100% das ações ordinárias de emissão da GYPE, detidas integralmente pela GYBR;
 - Cessão fiduciária, em caráter irrevogável e irretroatável, de todos os direitos creditórios detidos pela GYPE, oriundos do “Contrato de Eficiência Energética – CPE 08 e conjunto CPE 10”
- Conversibilidade em ações: Não conversíveis
- Amortização do Valor: em parcelas mensais e sucessivas, sempre nos dias 01 de cada mês, sendo o primeiro pagamento devido da série A em 01 de fevereiro de 2022 e série em B 01 de maio de 2023.
- Vencimento antecipado: caso a GYPE encontre-se inadimplente em relação aos termos iniciais contratados na Escritura de Debenture, inicia-se assim as condições para o vencimento antecipado da dívida, ou seja :
 - Não pagamento pela Emissora das obrigações pecuniárias devidas;
 - Falência, recuperação judicial ou extrajudicial de uma das partes;
 - Não manutenção das garantias reais;
 - Transferência ou cessão à terceiros da parcela ou totalidade das ações de emissão da Emissora detida pela Garantidora sem devida autorização dos Debenturistas ou cumprimento das obrigações da Escritura de Debenture;
 - Alteração do controle indireto da Emissora;
 - Transformação do tipo societário da Emissora, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;
 - Contratação de qualquer novo empréstimo, financiamentos, adiantamentos de recursos, “supplier financing”, hedge, de novas dívidas, ou qualquer outra forma de operação de crédito ou operação financeira, na qualidade de credora ou devedora, afiançadas, garantidoras e/ou coobrigadas, ou qualquer outra modalidade de obrigação de cunho financeiro;

- Distribuição e/ou pagamento pela Emissora, de dividendos, juros sobre capital próprio ou quaisquer outras distribuições de lucros aos acionistas da Emissora não autorizados pela Escritura de Debenture.
- Em 31 de dezembro de cada exercício social a partir de 2022 : ICSD \geq 1,2x - índice financeiro decorrente do coeficiente da divisão (Geração de Caixa da Atividade no exercício social / Serviço da Dívida no exercício social). A primeira apuração é requerida a partir de 30 de junho 2022.

A Companhia atendeu a todos os critérios estabelecidos na escritura.

Movimentação saldo Debênture

Saldos em 31 de dezembro de 2023	61.221
Pagamento Principal	(8.003)
Encargos Financeiros Pagos	(7.319)
Encargos Financeiros Provisionados	5.549
Amortização do Custo de Transação	169
Saldos em 31 de dezembro de 2024	51.617
Pagamento Principal	(7.873)
Encargos Financeiros Pagos	(6.920)
Encargos Financeiros Provisionados	7.557
Amortização do Custo de Transação	171
Saldos em 31 de dezembro de 2025	44.552

10.1. Cronograma de pagamentos Debêntures

O fluxo de pagamentos futuros da Dívida são os seguintes:

	Principal
2026	6.152
2027 a 2028	24.931
2029	14.050
	45.133

11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

11.1. Capital social

Quotistas	Ano	Cotas detidas	Valor das cotas (R\$mil)	%
GreenYellow do Brasil Energia e Serviços Ltda	2024	97.081	5.500	100%
	2025	97.081	5.500	100%

11.2. Reserva legal

Conforme previsto no Estatuto Social da Companhia, essa reserva é constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado ou 30% do capital social acrescido das reservas de capital. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento do capital social ou para compensar prejuízos acumulados. No exercício de 2023, a Companhia atingiu o limite previsto conforme a Lei das S.A.s e, portanto, deixou de alocar parte do lucro a essa reserva.

11.3. Dividendos

Após a constituição da reserva legal e da compensação de prejuízos, a Companhia realizará a distribuição de dividendos na proporção de 25% do lucro líquido ajustado conforme Estatuto Social capítulo 8 artigo 36 parágrafo 2 e nos termos da Lei das Sociedades por Ações (Lei 6.404/76 e alterações).

Em 22 de agosto de 2025 e 11 de setembro de 2025, a Companhia deliberou pela distribuição de dividendos adicionais relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024 no montante de R\$4.300, os quais foram pagos no decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

11.4. Retenção de lucros

Estabelecida pelo artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações, a assembleia geral poderá ad referendum, por proposta dos órgãos da administração, deliberar reter parcela do lucro líquido do exercício prevista em orçamento de capital por ela previamente aprovado. Em 31 de dezembro de 2025 a retenção de lucros foi de R\$8.325.

12. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	2025	2024
Receita bruta de vendas e serviços	14.300	24.870
	<u>14.300</u>	<u>24.870</u>
Imposto sobre as vendas e serviços	(2.400)	(3.690)
Deduções	(2.400)	(3.690)
	<u>(4.800)</u>	<u>(7.380)</u>
Receita operacional líquida	<u>11.900</u>	<u>21.180</u>

13. CUSTOS OPERACIONAIS

	2025	2024
Salários	-	(127)
INSS	-	-
Benefícios	-	(83)
Mão de Obra Especializada	-	(6)
Férias	-	(18)
FGTS	-	(22)
13ºsalários	-	(3)
Vale refeição	-	(11)
	<u>-</u>	<u>(270)</u>
Eficiência energética e fotovoltaico (i)	(5.538)	(6.057)
	<u>(5.538)</u>	<u>(6.057)</u>
	<u>(5.538)</u>	<u>(6.327)</u>

- (i) Valores referentes a manutenção dos equipamentos já revendidos ao cliente, efetuados pela Companhia para que a eficiência energética (economia) garantida para ele contratualmente seja atingida.

14. RECEITAS / DESPESAS OPERACIONAIS

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Receitas excepcionais (i)	2.573	2.706
Provisão para perda de recebíveis	(221)	245
Despesas tributárias	(614)	(674)
Serviços de terceiros	(85)	(185)
Outros	(22)	(351)
	<u>1.631</u>	<u>1.741</u>

- (i) A COMPANHIA BRASILEIRA DE DISTRIBUIÇÃO notificou à GY PERFORMANCE sua decisão de excluir 7 (sete) lojas do escopo dos serviços contratos no âmbito do CEE 10, durante o ano de 2025, já no ano de 2024 o cliente havia encerrado operação de 12 (doze) lojas do escopo. Conforme previsto na cláusula 17 do CEE 10, a COMPANHIA BRASILEIRA DE DISTRIBUIÇÃO pagou a GYPE uma indenização de acordo com a Cláusula 5 do Anexo 2 do Contrato, calculada considerando exclusivamente os Estabelecimentos excluídos do Contrato, e o montante residual do Preço Remanescente dos Equipamentos dos Estabelecimentos excluídos do Contrato, acrescido de juros de 12% (doze por cento) ao ano, calculado desde a data de exclusão dos Estabelecimentos (inclusive) até 31 de dezembro de 2029 (exclusive). Além disso, na mesma data a Cia notificou a decisão de excluir 8 (oito) lojas do escopo dos serviços contratos no âmbito do CEE 08, durante o ano de 2025, já no ano de 2024 o cliente havia encerrado operação de 17 (dezesete) lojas do escopo. Conforme previsto na cláusula 4 do CEE 08, a COMPANHIA BRASILEIRA DE DISTRIBUIÇÃO pagou a GYPE uma indenização de acordo com a Cláusula 4 do Anexo 2 do Contrato, calculada considerando exclusivamente os Estabelecimentos excluídos do Contrato, e o montante residual do Preço Remanescente dos Equipamentos dos Estabelecimentos excluídos do Contrato, acrescido de juros de 12% (doze por cento) ao ano, calculado desde a data de exclusão dos Estabelecimentos (inclusive) até 31 de dezembro de 2029 (exclusive).

15. RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Receitas financeiras		
Juros Ativos (i)	7.675	7.707
Receita de aplicações financeiras	425	344
Atualização monetária	-	176
	<u>8.100</u>	<u>8.227</u>
Despesas financeiras		
Juros das Debentures	(7.557)	(5.549)
Comissionamento	(162)	(169)
Outras despesas	(202)	(688)
	<u>(7.921)</u>	<u>(6.406)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>179</u>	<u>1.821</u>

- (i) Saldo referente a Juros incorridos nos contratos dos clientes e partes relacionadas

16. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E RISCOS DE CRÉDITO

Os instrumentos financeiros utilizados pela Companhia restringem-se às aplicações financeiras de curto prazo, contas a receber, fornecedores, e debentures em condições normais de mercado. Estes instrumentos são administrados por meio de estratégias operacionais, visando à liquidez, à rentabilidade e à minimização de riscos. A Companhia não efetuou aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de riscos.

	Consolidado		Categoria
	2025	2024	
Ativo			
Caixa e equivalente de caixa	5.272	1.569	A
Clientes	29.592	12.926	A
Outros Ativos a Realizar	789	797	A
Partes Relacionadas – saldo ativo	31.203	26.796	A
			A
Passivo Debêntures	44.552	51.617	A
Partes Relacionadas – saldo passivo	1.379	60	A
Fornecedores	1.218	1.031	A
Outras Obrigações	977	239	A
			A

Ativos e passivos financeiros mensurados ao custo amortizado

Devido ao ciclo de curto prazo, pressupõe-se que o valor justo dos saldos de contas a receber de clientes e contas a pagar a fornecedores estejam próximos aos seus valores contábeis.

16.1. Riscos de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber) e depósitos em bancos e aplicações financeiras.

O risco de crédito é administrado por normas específicas de aceitação, análise de crédito e estabelecimento de limites de exposição por cliente.

Contas a receber

Representado pela possibilidade de a Companhia incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados, por possuir apenas um contrato concentrando todo o seu contas a receber em um único cliente. O risco de crédito do cliente é monitorado de forma específica, com base nos procedimentos, controles e política estabelecidos pela Companhia em relação a este risco. Como característica dos produtos e serviços prestados pela Companhia, o risco de crédito é reduzido pelo fato de seu cliente possuir um porte relevante e pertencer a um grande grupo econômico global.

A administração monitora o risco do saldo a receber de clientes mediante o registro de provisão para créditos de liquidação duvidosa.

Instrumentos financeiros e depósitos em dinheiro

O risco de crédito de saldos com bancos e aplicações financeiras é administrado pela gestão financeira da Companhia de acordo com a política por esta estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido a cada uma.

A Companhia tem como política a aplicação de recursos em bancos considerados de primeira linha, compreendendo os 10 maiores bancos por ativos do país, e em aplicações com baixo nível de exposição a riscos e alto nível de liquidez.

A Companhia não faz aplicações em fundos de investimentos onde há risco de ativos desconhecidos.

16.2. Risco de liquidez

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. A responsabilidade final pela gestão do risco de liquidez é da Administração, que estabeleceu uma estrutura de gestão de riscos de liquidez adequada para a gestão das exigências de financiamento e liquidez de curto, médio e longo prazos da Companhia.

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data da demonstração financeira. Esses valores são brutos e não-descontados, e incluem pagamentos de juros contratuais incorridos até o fim do exercício e excluem o impacto dos acordos de compensação:

<u>Saldo em 31 de dezembro de 2025</u>	<u>Até 6 meses</u>	<u>Até 6 a 12 meses</u>	<u>De 1 a 2 anos</u>	<u>De 2 anos em diante</u>	<u>Total</u>
Fornecedores	1.218	-	-	-	1.218
Debêntures	7.198	5.054	17.068	31.616	60.936

16.3. Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Companhia busca diversificar a captação e a aplicação de recursos em termos de taxas pós-fixadas visando à mitigação desse tipo de risco.

Em decorrência do histórico de volatilidade das taxas de juros, a Companhia preparou uma análise de sensibilidade sobre seus instrumentos financeiros expostos, demonstrando os eventuais impactos, com base em premissas disponíveis no mercado.

Foram considerados quatro cenários de risco:

Instrumentos	Risco	31/12/2025	%	Cenário provável		Valorização		Valorização		Deterioração
					%	25%	%	50%	%	50%
Aplicação financeira 31/12/2025	Variação CDI	92% do CDI (12,15%)	13,71%	532	17,14%	665	20,56%	798	6,85%	266
Partes Relacionadas Líquidas em 31/12/2025	Variação CDI	CDI + spread 2,4%	17,30%	5.160	21,03%	6.270	24,75%	7.381	9,85%	2.938
Debentures em 31/12/2025	Variação CDI	100% do CDI + 2,4%	17,30%	<u>(7.707)</u>	21,03%	<u>(9.367)</u>	24,75%	<u>(11.027)</u>	9,85%	<u>(4.388)</u>
				<u>(2.016)</u>		<u>(2.432)</u>		<u>(2.847)</u>		<u>(1.185)</u>
Instrumentos	Risco	31/12/2024	%	Cenário provável		Valorização		Valorização		Deterioração
					%	25%	%	50%	%	50%
Aplicação financeira 31/12/2024	Variação CDI	92% do CDI (12,15%)	11,18%	175	13,97%	219	16,77%	263	5,59%	88
Partes Relacionadas Líquidas em 31/12/2024	Variação CDI	CDI + spread 2,4%	14,55%	3.890	17,59%	4.702	20,63%	5.514	8,48%	2.266
Debentures em 31/12/2024	Variação CDI	100% do CDI + 2,4%	14,55%	<u>(7.510)</u>	17,59%	<u>(9.078)</u>	20,63%	<u>(10.646)</u>	8,48%	<u>(4.375)</u>
				<u>(3.445)</u>		<u>(4.157)</u>		<u>(4.869)</u>		<u>(2.021)</u>

16.4. Avaliação dos instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros estão representados no balanço pelos valores de custo e respectivas apropriações de receitas e despesas, os quais se aproximam dos valores de mercado devido a sua natureza de curto prazo. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não apresenta compromissos ou direitos pendentes com contratos de Swap ou transações de “hedging”.

17. SEGUROS

A Companhia é cossegurada das apólices de seguro contratadas pela Greenyellow do Brasil Energia e Serviços. O grupo tem por política manter cobertura de seguros no montante adequado aos possíveis riscos da atividade profissional bem como de seus ativos, com base na avaliação dos seus consultores de seguros.

O escopo dos trabalhos de nossos auditores não incluiu a emissão de opinião sobre a suficiência de cobertura de seguros, a qual foi determinada pela Administração da Companhia e que considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

	Consolidado		Vigência
	Limite Máximo de Garantia	Prêmio Líquido	
Responsabilidade Civil Geral	50.000	63	1/10/2025 a 1/10/2026
Responsabilidade Civil (Conselheiros, Diretores e/ou Administradores)	47.361	118	1/1/2025 a 1/1/2026

18. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, a Companhia realizou as seguintes operações não envolvendo caixa, portanto, não estão refletidas na respectiva demonstração dos fluxos de caixa:

	2025	2024
Dividendos a pagar	1.308	3.023
	<u>1.308</u>	<u>3.023</u>